

**AMAZÔNIA /** Em cumprimento a decreto presidencial, Aeronáutica inicia operação para anular o tráfego de aviões utilizados pelo garimpo. Marinha, Exército e forças de segurança também vão atuar em Roraima e regiões próximas

# Vigilância no espaço aéreo dos ianomâmis

» VINICIUS DORIA

Aeronáutica deu início, na madrugada de hoje, à Operação Escudo Ianomâmi, autorizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para combater o garimpo ilegal em Roraima e dar suporte às ações humanitárias de resgate e atendimento de indígenas. À zero hora desta quarta-feira, foi ativada a Zona de Identificação de Defesa Aérea (Zida) na Terra Indígena Ianomâmi e regiões adjacentes.

O espaço aéreo foi dividido em três áreas de controle — branca, amarela e vermelha. Na área vermelha, que compreende toda a terra indígena, só são permitidos voos de aviões e helicópteros diretamente envolvidos na operação do governo. A área amarela permite o uso do espaço aéreo por aeronaves com plano de voo autorizado e em contato permanente com o controle de tráfego aéreo. A área branca admite operações normais devidamente autorizadas.

Na prática, a Força Aérea Brasileira já tem autorização para interceptar aviões usados pelo garimpo ilegal. “Aeronaves não identificadas ou não autorizadas evoluindo em determinada porção do espaço aéreo e quaisquer outras julgadas de interesse poderão ser interceptadas e estarão sujeitas à aplicação das Medidas de Policiamento do Espaço Aéreo (MPEA)”, informou a FAB, em nota.

De acordo com o protocolo militar, a interceptação é precedida por tentativa de comunicação com o piloto da aeronave suspeita. Se ele não atender à ordem de mudança de rota e aterrissagem em pista segura, o comando da operação autoriza o piloto de combate a disparar tiros de aviso (advertência). Se, mesmo assim, o avião seguir viagem, os caças recebem sinal verde para o chamado tiro de detenção, com o objetivo de alvejar o aparelho suspeito e forçar sua aterrissagem.

O planejamento, a coordenação e a execução das ações de controle do espaço aéreo em Roraima estão a cargo do Comando de Operações Aeroespaciais (Comae), com poder para identificar aviões suspeitos e ordenar a interceptação, que será executada por mais de 10 aviões caça Super Tucano baseados em Boa Vista. Armados com duas metralhadoras e lançadores de foguetes, esses aviões — do mesmo modelo utilizado pela

Esquadilha da Fumaça — são voltados para treinamento de pilotos de caça e para ataques leves de precisão.

A operação Escudo Ianomâmi foi autorizada pelo presidente Lula por meio de um decreto publicado, na segunda-feira. Ministérios envolvidos nas operações de atendimento aos indígenas e de repressão ao garimpo ilegal poderão requisitar bens, servidores e serviços voltados ao transporte das equipes de segurança, saúde e assistência social que atuam na área.

A Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, agentes do Ibama e do ICMBio e militares das três Forças já estão sendo deslocados para Boa Vista, que sedia a inteligência do Escudo Ianomâmi. A restrição de uso do espaço aéreo é a primeira medida de grande escala da área de segurança contra a atividade garimpeira nas terras indígenas.

## Ação militar

O Ministério da Defesa não informa os passos da operação, mas já está concentrando militares do Exército e da Aeronáutica na região. Embarcações da Marinha também são esperadas para os próximos dias, para ajudar no patrulhamento dos rios por onde passa a maior parte dos equipamentos usados pelos garimpeiros. A Defesa é responsável pelo fornecimento de dados de inteligência e pelo transporte aéreo das equipes da Polícia Federal, do Ibama e dos demais órgãos da administração pública federal que participam diretamente da “neutralização de aeronaves e de equipamentos relacionados com a mineração ilegal no território Ianomâmi”, segundo a FAB.

O Ministério da Justiça também está organizando o reforço de agentes da Polícia Federal e da PRF para deflagrar o avanço sobre os garimpos ilegais, que se espalham por uma enorme área de mais de 90 mil km².

Na semana que vem, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, viajará a Boa Vista para acompanhar o Escudo Ianomâmi. A ordem é asfixiar as atividades ilegais na floresta, bloqueando o acesso de pessoas e equipamentos à terra indígena seja pelo ar, seja por rios e estradas.

A outra prioridade da operação é ampliar o atendimento à população indígena, que sofre com a fome, a falta de assistência médica, a poluição dos rios e a violência dos garimpeiros.

Valeria Pacheco/AFPTV/AFP



Maria Leusa, líder munduruku, etnia gravemente afetada pelo garimpo: estudos da Fiocruz indicam alto grau de contaminação por mercúrio

## Mundurukus e a maldição do mercúrio

» MARIANA ALBUQUERQUE\*

No momento em que o Brasil abre os olhos para a tragédia humanitária com os ianomâmis, outro povo indígena também sofre as consequências da exploração garimpeira em seus territórios: os mundurukus. Autodenominados de Wuyjuyu, os integrantes dessa etnia ocupam a região do Vale do Tapajós e vivem sob ameaça constante do garimpo ilegal.

A exploração trouxe doenças, fome, mercúrio, destruição, invasões e desunião, perigos que assolam muitos entre os 13.755 (segundo pesquisa de 2014 da Secretaria Especial de Saúde Indígena) mundurukus, localizados no Pará e no Amazonas.

Um dos problemas que mais afetam aldeias Mundurukus no Médio Tapajós é a contaminação causada pelo garimpo ilegal. Entre 200 indígenas pesquisados, incluindo jovens e adultos, todos apresentaram algum grau de mercúrio no organismo, a maioria com índices altos, conforme aponta estudo da Fiocruz. O adoecimento acontece

porque o componente químico utilizado no garimpo contamina o pescado, que é a base da nutrição Munduruku, e também pode ser passado por mães lactantes ao bebê.

Estudos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), divulgados em 2021, concluíram que 60% dos indígenas Munduruku da terra Sawré Muybu, na região de Itaituba, no Pará, têm mercúrio no organismo em níveis acima do limite tolerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

A munduruku Maria Leusa, de 35 anos, é uma liderança na aldeia. Ela decidiu “entrar na luta” quando viu que sua terra e locais sagrados estavam sendo destruídos. “O que a gente vem enfrentando dentro do nosso território é uma invasão. Fazemos a proteção do território e a fiscalização autônoma para poder achar e expulsar os garimpeiros dentro daqui. Por isso que a gente é ameaçada de morte”, afirma.

Leusa conta o impacto das agressões constantes. “Antes a gente tinha a pesca, ia tomar banho no igarapé, e isso foi praticamente destruído. Hoje nós,



**Praticamente todas nós mulheres fomos contaminadas, e isso passa aos nossos filhos. É revoltante, porque hoje nosso alimento e nossos úteros estão contaminados. A nossa mãe, a Mãe Terra, também está doente, invadida”**

Maria Leusa, liderança munduruku

mundurukus, vemos diminuição de peixe, o rio contaminado, então não temos mais aquela liberdade, paz e esperança que sempre teve. Às vezes a comunidade passa fome, é muita doença, principalmente covid e malária por conta da invasão”,

relata. Com essas dificuldades, a aldeia precisa mudar os hábitos e comprar comida, muito diferente do antigo modo de vida, que consistia na caça, na pesca e na colheita.

Maria Leusa se revolta com os efeitos do mercúrio no organismo. “Praticamente todas nós mulheres fomos contaminadas, e isso passa aos nossos filhos. É revoltante, porque hoje nosso alimento e nossos úteros estão contaminados. A nossa mãe, a Mãe Terra, também está doente, invadida. Não há vida sem floresta, não tem como ter vida, não tem como garantir a vida dos nossos filhos”, desabafa.

Os Mundurukus têm uma reivindicação direta: é preciso acabar com o garimpo. “Hoje sabemos que somos doentes. Não somos mais saudáveis como antes. É muita dor no corpo, muita dor de cabeça, diarreia, vômito, malária, febre, e a gente fica nesse desespero. E isso é por conta do mercúrio. Daqui a 10 anos, como vai ser?” indaga Maria Leusa.

\*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza



ALEXANDRE GARCIA

**O SENADO É O LUGAR APROPRIADO PARA JULGAR DESVIOS DA CONSTITUIÇÃO. A OMISSÃO SOBRE ESSE PAPEL CASTRA A CASA QUE REPRESENTA OS ESTADOS. RESGATAR O SENADO DESSA LETARGIA INSTITUCIONAL É TAMBÉM A RESTAURAÇÃO DE TEXTOS LITERAIS DA CONSTITUIÇÃO EM DIREÇÃO À META DA JUSTIÇA, QUE É A PACIFICAÇÃO**

## Eleição decisiva

Nesta quarta-feira se trava no Senado uma eleição que só perde em importância para as eleições de outubro. Na Câmara, já está praticamente decidida, com intensa maioria de votos reelegendo o deputado Arthur Lira. No Senado, o favoritismo de Rodrigo Pacheco tem pela frente a candidatura de Rogério Marinho. Na verdade, não se trata apenas de Rodrigo Pacheco, mas da dupla Pacheco-Alcolumbre. O atual

presidente parece confiante no “já ganhou” e se movimentou menos que seu antecessor, senador Alcolumbre, que tem sido um cabo eleitoral incansável. Alcolumbre quer garantir sua permanência na presidência da mais importante das comissões, a de Constituição e Justiça, comissão que filtra tudo que pretenda tramitar no Senado.

Na segunda-feira, Pacheco reuniu-se com a bancada do PT,

dias depois de ter recebido em casa o próprio presidente Lula. Dizem que até ministros do Supremo têm-se preocupado em pedir votos para Pacheco. Afinal, ele não despachou nenhum dos mais de 60 requerimentos de seus pares, pedindo investigações de descumprimento da Constituição por parte de guardiões da Magna Carta, no Supremo. Talvez se tivesse dado andamento a alguns requerimentos, teríamos pacificado o ambiente institucional e político dentro de processos democráticos e evitado os atos de 8 de janeiro.

O candidato Rogério Marinho promete agir para trazer de volta o equilíbrio sonhado por Montesquieu, entre os três Poderes. O que se vê, hoje, é o Supremo tendo constrangido o Executivo no governo passado, e passando por cima da inviolabilidade parlamentar “por quaisquer palavras” — como estabelece o art. 53 da Constituição. Vivemos hoje sob um inquérito em que os supostos ofendidos investigam, denunciam e julgam, com ausência do devido processo legal. Já assistimos ao Supremo transferir para prefeitos e governadores

cláusulas pétreas que nem mesmo os congressistas podem mexer: direito de ir e vir, liberdade de reunião, acesso ao trabalho, ao culto, entre outros. A censura, banida pelo art. 220, vigora; a liberdade de expressão está sujeita ao arbítrio de quem decide se é “fake news” ou “ato antidemocrático”. O Senado é a câmara alta, a câmara revisora e o lugar apropriado para julgar desvios da Constituição; a omissão sobre esse papel castra a Casa que representa os estados da Federação. Resgatar o Senado dessa letargia institucional é também a restauração

de textos literais da Constituição em direção à meta da Justiça, que é a pacificação. O que foi o dia 8 de janeiro é algo que os senadores precisam interpretar ao escolher, pelo voto secreto, quem será o dono da agenda. O Senado é essencial no restabelecimento pleno da Constituição, visando à paz social. Democracia é equilíbrio entre poderes, e não hegemonia do Judiciário. imposta pelo medo. Daí a importância da eleição de hoje, que pode significar a paz, com volta à normalidade institucional e à plenitude do Estado de direito.